

## **LIBERDADE ACADÊMICA E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: UTOPIAS E DISTOPIAS**

Naomar de Almeida Filho

ISC/UFBA e IEA/USP

Instituída na época medieval tardia, a Universidade foi criada como uma rede institucional vinculada à Igreja Católica Romana, com a missão de promover, armazenar e proteger a cultura greco-cristã estruturante do ocidente europeu. Após o Renascimento, num processo de gradual secularização, desigual em distintos contextos territoriais, a Universidade priorizou sua missão pedagógica e se reinventou como instituição formadora de quadros intelectuais e profissionais. Nesse momento, historicamente a questão da autonomia aparecia vinculada a dois projetos de Universidade que emergiram do Iluminismo. Por um lado, a universidade como lugar de produção de verdades e de formação de produtores de conhecimento (científico); por outro lado, a educação superior como dispositivo vocacionado para a formação de quadros técnicos e burocráticos para o Estado moderno.

### **Utopias da Autonomia**

A questão da autonomia universitária foi primeiro levantada de modo claro e preciso pelo filósofo Immanuel Kant (1724-1804), no meio de uma polêmica com Frederico Guilherme II, Rei da Prússia. Por sua perspectiva crítica do dogmatismo religioso, Kant havia sido duramente advertido e até ameaçado pelo soberano numa carta régia, em 1794:

Exigimos, quanto antes, a mais escrupulosa justificação e esperamos de Vós, para evitar o nosso supremo desfavor, que no futuro [...] utilizeis a vossa consideração e os vossos talentos para realizar cada vez mais a nossa intenção soberana. Caso contrário, e se persistirdes em ser refractário, tereis de esperar infalivelmente medidas desagradáveis.

Já no fim da vida, Kant publicou sua resposta ao assédio real sob a forma de cartas sobre a validade dos saberes produzidos nas faculdades superiores (Medicina, Direito e Teologia), reunidas num opúsculo intitulado *O Conflito das Faculdades* (1798). O velho filósofo questionava a possibilidade de a verdade estar nas leis editadas pelo soberano (validadas na Faculdade de Direito), nas normas da doutrina antiga (reforçadas na Faculdade de Medicina) ou nos mandamentos emanados das religiões (louvados na Faculdade de Teologia). Para Kant, o conhecimento científico é válido e verdadeiro porque tem como fonte a própria natureza, estudada pelas ciências naturais que, na época, eram ensinadas na faculdade

inferior, a Faculdade de Filosofia. Esta, para ser fiel à verdade da ciência, precisaria de autonomia plena perante as leis, aos soberanos e às igrejas constituídas.

Sob a liderança de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), uma profunda reforma do sistema de educação da Prússia foi realizada entre 1808 e 1810, como parte de um projeto de reafirmação da cultura germânica, humilhada pelas guerras napoleônicas. Datam desse momento a divisão entre educação elementar, secundária e superior e a instituição do doutoramento como modelo de formação para pesquisadores.

Para a reforma da educação superior, herdeiros intelectuais de Kant responderam ao desafio de mudar radicalmente o modelo clássico de universidade. Em *Pensamentos ocasionais sobre universidades no sentido alemão* (1808), Friederich Schleiermacher (1768-1834) preconizou um novo modelo de “universidade”, uma academia que não seja somente científica, mas primordialmente educadora. Para superar a velha didática de grandes aulas e conferências, Schleiermacher propôs inventar um espaço de trocas intelectuais, que chamou de seminário. Johann Gotlieb Fichte (1762-1814) contribuiu com um texto intitulado *Por uma universidade orgânica a ser edificada em Berlim* (1807). Instituição capaz de educar mediante a totalidade de suas ações, realizadas por todos os seus órgãos, a universidade orgânica ensinaria a cultura civilizada e a ciência moderna. Às bibliotecas, auditórios e salas de conferências, esse novo perfil de instituição de conhecimento deveria incorporar museus, hospitais, jardins botânicos, observatórios e laboratórios para que todas as ciências pudessem ser ensinadas na prática.

Com base nessas contribuições, Humboldt delineou um plano geral apresentado ao Rei Frederico Guilherme III, a partir de dois princípios: por um lado, a universidade deveria ser instituição de formação (*Bildung*) dos sujeitos na civilização (*Kultur*) e, por outro lado, lugar privilegiado para produzir ciência (*Wissenschaft*). Portanto, em todos os seus aspectos, a universidade deve ser autônoma em relação ao Estado e à Igreja. Tomando o iluminismo kantiano como referência filosófica, a Reforma Humboldt reafirma a Universidade como dispositivo institucional para superar faculdades e conservatórios, toma o laboratório como lugar de formação prática da ciência, tendo o seminário como método didático, numa pedagogia orgânica. Sobretudo, cultiva a autonomia como condição de um humanismo universalista, numa atmosfera de solidão e liberdade (*Einsamkeit und Freiheit*).

O principal fundamento epistemológico desse modelo de universidade é a crença na unidade da Ciência (*Einheit von Wissenschaft*). Radicalizando a integração pesquisa-aprendizagem (*Lehrefforschung*), postula-se a primazia da formação cultural (*Bildung*) sobre o treinamento profissional (*Ausbildung*). Recusando uma definição imediatista da missão institucional, o próprio Humboldt escreve: “O Estado não pode tratar suas universidades como se fossem escolas profissionalizantes”. No plano institucional, definida como capacidade auto-normativa e de autogoverno, a ideia de autonomia era crucial. No plano individual, autonomia significava liberdade de pesquisa (*Wissenschaftsfreiheit*), liberdade de ensino (*Lehrfreiheit*) e liberdade de aprendizado (*Lernfreiheit*).

Nesses termos, a Universidade de Berlim foi efetivamente criada em 1810; durante o século XIX, tornou-se paradigma de instituição moderna de educação superior principalmente no Norte da Europa. A concepção humboldtiana de universidade autônoma e baseada na unidade do conhecimento científico inspirou a Reforma Flexner que, a partir de 1910, promoveu nos Estados Unidos o modelo da *research university*.

Uma concepção totalmente distinta, quase antagônica, de autonomia e liberdade acadêmica foi desenvolvida a partir da Revolução Francesa, resultando num modelo de educação superior sem universidades.

### **Distopias da Autonomia**

Após a Revolução de 1789, sob inspiração do Marquês de Condorcet (1743-1794), foi iniciada uma ampla reorganização da instrução pública francesa, posteriormente concluída durante a era napoleônica. No ensino superior, uma solução radical para a crise da educação clássica foi fechar as universidades, denunciadas como nichos do diletantismo aristocrático. A partir da reforma do ensino médico concebida e protagonizada por Georges Cabanis (1757-1808), implantou-se um modelo de formação baseado numa pedagogia analítica, com cátedras, matérias, disciplinas e especialidades, e numa arquitetura curricular linear que priorizava carreiras profissionais (Almeida-Filho, 2018).

A Reforma Cabanis compreende cinco elementos estruturais: função social da educação superior mais profissionalista do que científica ou cultural; um modelo organizacional estruturado em faculdades; currículos orientados à disciplinaridade, em regime de progressão linear; estratégia pedagógica analítica, tendente ao especialismo. Nesse modelo, o ensino superior passa a ser realizado em faculdades independentes, com maior grau de autonomia perante o Estado regulador e a instituição universitária, tanto nos aspectos pedagógicos quanto na condução das atividades de formação. As faculdades foram reorganizadas no regime de cátedra, definida como a unidade produtiva da instrução capaz de ser gerida acadêmica e administrativamente por uma única liderança intelectual que dominaria todo o conhecimento sobre aquela matéria, o catedrático.

A Reforma Cabanis implicava uma estratégia pedagógica inovadora, denominada método analítico de ensino, equivalente à análise racional dos ideólogos. O conhecimento científico seria validado se decomposto e sintetizado pela ordem linear cartesiana, da matéria mais simples à mais complexa, numa operação de exaustividade metódica. Propunha-se uma nova estrutura curricular baseada no conceito de disciplina. Assim, a pedagogia analítica baseada na disciplinaridade corresponderia à fragmentação, análise e posterior ordenação de conhecimentos, memorizados, codificados e classificados segundo as doutrinas científicas vigentes.

A Reforma Cabanis introduziu o conceito do diploma universitário como legalmente habilitador ao exercício profissional num momento em que a sociedade francesa buscava consolidar o controle governamental sobre as práticas profissionais da burguesia emergente. Em princípio, essa reforma se restringia ao ensino médico, porém, dado o enorme capital político acumulado pela atuação de médicos-políticos-gestores na Revolução Francesa, efetivamente foi catalisadora de uma recriação do sistema educacional francês. Para consolidar esse processo, seria preciso reorganizar o arcabouço geral do sistema de educação, capaz de cuidar da reprodução de um novo regime que derrotara a velha ordem aristocrática, mas que, de fato, não tinha como projeto político priorizar segmentos sociais pobres, oprimidos e explorados pelo modo de produção emergente.

Coroado Imperador em 1804, Napoleão Bonaparte [1769-1821] aprofundou a série de reformas sociais iniciadas no Consulado. Particularmente preocupado com a autonomia das faculdades, ao consolidar o controle político do país, estabeleceu um regime ainda mais

centralizado de gestão do sistema educacional francês. Com essa intenção, incluiu na reforma educacional o conceito de “Universidade Imperial”, inicialmente definido como uma congregação nacional de docentes, numa carreira de serviço público exclusiva do Estado; a universidade “virtual” assim criada deveria ter plena autonomia em relação aos ministérios, já que responderia diretamente ao Imperador (Boudon, 2006).

Em vez de autonomia universitária, a Reforma Educacional de Bonaparte instituiu um tipo peculiar de “monopólio universitário”: ninguém poderia atuar no ensino sem ser membro do corpo docente nacional da Universidade Imperial. Nessa reforma, definia-se também a estrutura hierárquica do sistema de ensino como um todo, composto por diferentes tipos de estabelecimentos: escolas primárias e secundárias; *lycées* – escolas mantidas pelo Estado, com foco em estudos clássicos e matemática; *écoles normales* – destinadas à formação de professores; *grandes écoles* – encarregadas do ensino superior em carreiras científicas e acadêmicas; *facultés* – instituições autorizadas a formar quadros nas profissões imperiais: Direito e Medicina. Nesse contexto político autoritário, num regime institucional dominado por grandes escolas, faculdades e academias, não havia lugar para entes sociais chamados universidades, dotadas de autonomia e liberdade.

### **Comentário final**

Durante mais de um século, o sistema francês de ensino tornou-se paradigmático para outros povos submetidos à poderosa influência cultural francesa, principalmente em países da Europa meridional e suas ex-colônias, como o Brasil. Somente na virada do século XX, a Lei Liard permitiu a recriação de universidades na França como “instituições nominais”, confirmado com a refundação da Universidade de Paris-Sorbonne em 1896. Assim, em algumas formações sociais derivadas do capitalismo mercantil pós-colonial, a Reforma Cabanis inspirou um modelo de ensino superior baseado em unidades dotadas de autonomia para decidir de modo independente sobre normas, disciplinas e cursos – as faculdades, deslocando a universidade como principal instituição educacional da modernidade.

No Brasil, após a Independência de 1822, foram criadas faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, faculdades de Direito em São Paulo e Recife, além de escolas politécnicas e escolas de mineração e agricultura, consolidando-se um modelo bonapartista de educação, com base no sistema de escola primária, liceu, escola normal, escolas politécnicas e faculdades (Fávero, 2010). Na educação superior, prevaleciam cursos de entrada direta, currículos fechados, num modelo retórico de ensino-aprendizagem baseado em disciplinas, cátedras, aulas magnas e diplomas licenciadores de profissão, revelando forte influência cabanisiana (Almeida-Filho, 2019). Com a Proclamação da República em 1889, a presença do positivismo na organização do estado nacional ampliou a influência cultural francesa, assim consolidando o “império das faculdades” (Ferreira et al, 1977).

O processo histórico de afastamento do modelo humboldtiano e seus derivados é analisado por Shils & Roberts (2004, p. 179): “A marca francesa específica nas universidades latino-americanas permaneceria forte e muito visível até bem tarde no século XX; as influências britânica e norte-americana tiveram muito menos impacto, e menos ainda o modelo alemão da universidade de pesquisa”. De fato, a primeira universidade brasileira foi a Universidade de São Paulo, criada somente na década de 1930, com agregação de faculdades e escolas superiores pré-existentes, implantada com ajuda de uma missão acadêmica

francesa, num projeto político-institucional que replicava o modelo da Universidade de Paris-Sorbonne (Paula, 2002). A primeira universidade de pesquisa com uma estrutura humboldt-flexneriana efetivamente implantada no Brasil foi a Universidade de Brasília, criada na década de 1960, mas infelizmente logo reprimida pela ditadura militar (Salmeron, 2009).

No Brasil contemporâneo, alienada em sua natureza meritocrática e elitista, a universidade tem revelado reduzida capacidade de dar respostas às demandas sociais e às necessidades da população, incapaz de conter os efeitos perversos de crises sociais, sem poder reagir à onda conservadora e totalitária que hoje nos assombra, e, principalmente, distanciada dos vetores de mudança profunda da conjuntura contemporânea. Infelizmente, podemos dizer que as instituições universitárias brasileiras, incluindo as universidades públicas, mais têm cumprido funções de ensino superior do que missões de Universidade. Cúmplices em relação a estruturas de dominação, a movimentos de exclusão cultural, social e política e a construções ideológicas de elitismo e segregação, as universidades brasileiras não atendem às demandas concretas da sociedade e pouco contribuem para sua transformação crítica.

BIBLIOGRAFIA: pode ser obtida sob demanda ao autor ([naomaralmeida@gmail.com](mailto:naomaralmeida@gmail.com))

(1.978 palavras)